BIDB11

Inter Infra FIC FI – Infra listado

Relatório Trimestral

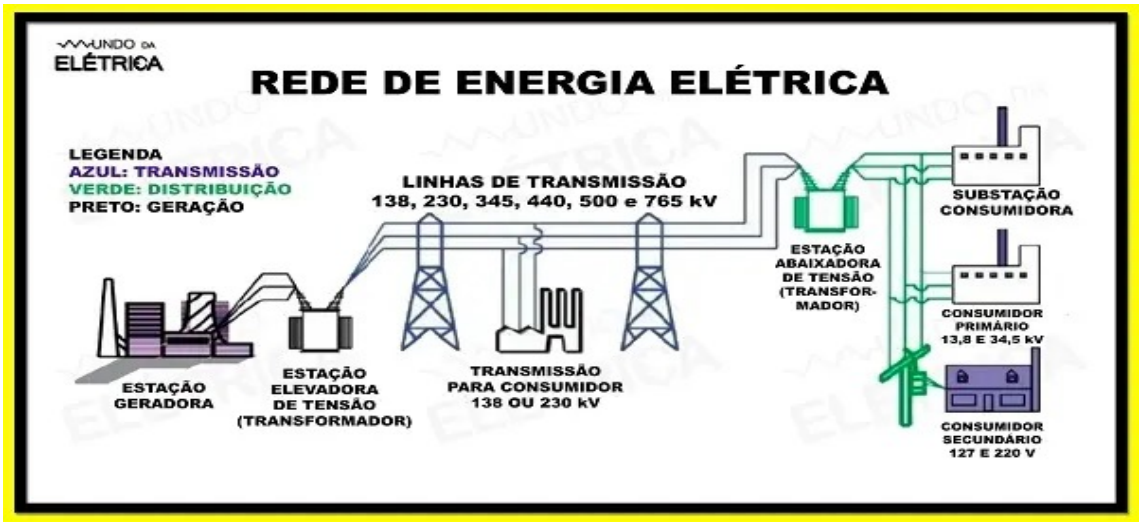
Junho de 2023



interdtvm interasset

Panorama do Setor de Transmissão de Energia no Brasil

A rede de energia elétrica é composta basicamente pelas seguintes atividades: geração, transmissão, distribuição e comercialização, sendo que essa última envolve a medição e faturamento dos consumidores. A importante missão de transportar a energia produzida até os consumidores finais é feita pelas linhas de transmissão.



Fonte: Mundo da Elétrica

Como o Brasil é um país com dimensões continentais, em que muitas vezes a produção de energia está distante de grandes centros de consumo, é fundamental para o sistema elétrico nacional o bom funcionamento e manutenção das linhas de transmissão.

O Sistema Interligado Nacional (SIN) abrange mais de 98% da capacidade de geração de energia do país, ficando de fora apenas uma pequena produção energética na região norte, além de alguns sistemas isolados.

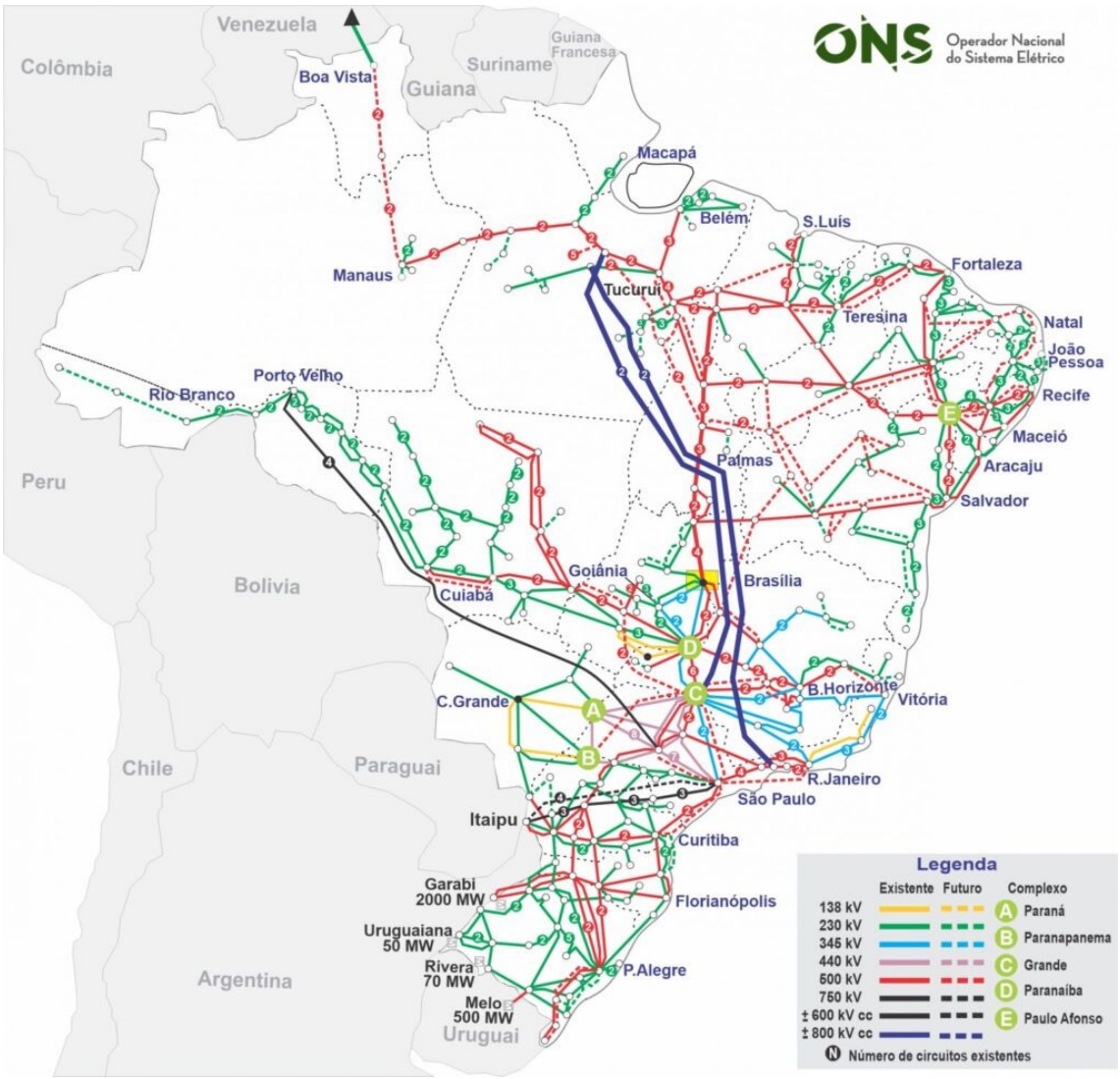
A Rede Básica de transmissão do Sistema Interligado Nacional (SIN), que compreende as tensões de 230 kV a 750 kV, tem quatro principais funções:

1. a transmissão da energia gerada pelas usinas para os grandes centros de carga;
2. a integração entre os diversos elementos do sistema elétrico para garantir estabilidade e confiabilidade da rede;
3. a interligação entre as bacias hidrográficas e regiões com características hidrológicas heterogêneas de modo a otimizar a geração hidrelétrica; e
4. a integração energética com os países vizinhos.

Esse sistema permite o intercâmbio de energia entre as cinco regiões do país, que, no SIN, são divididas em quatro subsistemas: Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

Segundo o ONS, em janeiro de 2023, há 175.013 km de linhas de transmissão, com a previsão de se chegar a 199.916 km em 2024. O Brasil, inclusive, possui a maior linha de transmissão do mundo, com 2.539 quilômetros de extensão, ligando Xingu ao Rio de Janeiro. Atualmente, as três faixas de tensões com a maiores extensões estão assim classificadas:

- 500/525kV – 68.105 km
- 230kV – 64.927 km
- 600kV – 12.816 km



Fonte: Cotesa

O Operador Nacional do Sistema (ONS) projeta, até 2026, uma rede transmissora que pula dos atuais 175.013 km para 201.942 km, via Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) de 2026.

De acordo com os cenários do Programa de Expansão da Transmissão (PET) e do Plano de Expansão de Longo Prazo (PELP) da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estão previstos investimentos de R$ 103,4 bilhões no segmento até 2029.

O Passo a Passo para a Contratação dos Prestadores de Serviço

O processo de licitação inicia-se com a publicação dos editais pela ANEEL para a concessão de instalações de transmissão da Rede Básica do SIN. A ANEEL, agência reguladora do setor elétrico brasileiro, é responsável, por meio de delegação do poder público, pela realização de licitações para a contratação de serviço público de transmissão de energia elétrica através de leilão, emissão de autorizações para a implementação de reforços e melhorias, bem como por firmar os respectivos contratos de concessão.

Os editais possibilitam que pessoas jurídicas, nacionais ou estrangeiras, bem como fundos de investimentos em participação, isoladamente ou em consórcio, participem da disputa. Considerando a sistemática adotada, o juízo de habilitação é feito após a realização dos leilões e da divulgação das propostas vencedoras. É na fase de habilitação, portanto, que são analisadas a regularidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira dos proponentes vencedores, conforme exigências descritas no edital.

Os proponentes vencedores que não sejam titulares de concessão de transmissão devem constituir uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para explorar a respectiva concessão. A etapa final do processo de outorga de uma instalação de transmissão licitada dá-se com a assinatura do contrato de concessão.

Assim, o contrato de concessão, celebrado por intermédio da ANEEL, garante que o concessionário de transmissão vencedor do leilão explore as instalações de transmissão pelo prazo de 30 anos. É nesse instrumento contratual que se estabelece o prazo para que as instalações entrem em operação comercial, podendo esse prazo variar entre 18 e 60 meses, dependendo do porte de cada empreendimento. O cronograma do empreendimento licitado também constitui parte integrante do referido instrumento, sendo nele apresentados os marcos das obras e do projeto, os projetos, básico e executivo, a data de assinatura dos contratos, o licenciamento ambiental, a aquisição de equipamentos, serviços e obras civis, bem como as etapas de montagem de equipamentos, operação teste e comissionamento das instalações, até a entrada em operação comercial do empreendimento.

Após a assinatura do contrato de concessão, a ANEEL torna-se responsável pela gestão contratual, desempenhando atividades de análise e de aprovação de projetos básicos, de enquadramento ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), de projetos prioritários, bem como de expedição de Declarações de Utilidade Pública (DUP) e de fiscalização dos empreendimentos durante todo o período de execução do contrato.

A Resiliência e Estabilidade do Setor de Transmissão de Energia

O segmento de transmissão é considerado o mais seguro do setor elétrico, dada a inexistência de risco de demanda, com receita estipulada no contrato de concessão, reajusta pela inflação, além de outros fatores.

Sob o ponto de vista da regulação econômica, o segmento de transmissão se caracteriza pelo regime de receita teto (receita anual pré-definida).

A Receita Anual Permitida (“RAP”) é a remuneração devida às transmissoras pela prestação do serviço público de transmissão de energia aos usuários. Os ativos de transmissão são diretamente remunerados por geradoras, distribuidoras e consumidores livres, usuários dos serviços de transmissão.

No caso de instalações licitadas, a receita é definida no momento da proposta vencedora do leilão, considerando o menor valor da RAP, paga a partir da entrada em operação comercial das instalações. A RAP é anualmente reajustada de acordo com o contrato de concessão.

- No caso das concessões não licitadas (Categoria 1), que tiveram os seus contratos de concessão prorrogados por meio da Medida Provisória nº 579/2012 (convertida na Lei nº 12.783/2013), a receita é mantida fixa, sendo o cálculo da RAP feito com base nos custos de Operação e Manutenção tão somente, podendo ser revista a cada 5 (cinco) anos, nos termos dos contratos.

- Para os ativos leiloados entre 1999 e novembro de 2006, a RAP é corrigida anualmente pelo IGPM e reduzida pela metade no 16º ano de operação e não há revisão tarifária em relação à base de ativos (Categoria 2).

- Para os ativos leiloados a partir de novembro de 2006, a RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e sujeita a revisões tarifárias a cada 5 (cinco) anos (Categoria 3). Ambas as categorias possuem 30 anos de prazo de concessão.

Categoria 1 – Concessões prorrogadas

- Ativos outorgados antes de 1999
- Concessões prorrogadas por mais 30 anos em 2012, nos termos da Medida Provisória nº 579 (MP 579), convertida posteriormente na Lei nº 12.783/2013
- A partir de 2013 a Receita Anual Permitida passa a ser corrigida anualmente pelo índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)
- Revisão tarifária com periodicidade de 5 anos

Categoria 2 – Concessões licitadas com base blindada

- Ativos leiloados entre 1999 e novembro de 2006
- Receita Anual Permitida corrigida anualmente pelo índice do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)
- Receita Anual Permitida reduzida pela metade a partir do 16º ano de operação
- Não há revisão tarifária
- Concessões com prazos de 30 anos

Categoria 3 – Concessões licitadas

- Ativos leiloados a partir de novembro de 2006
- Receita Anual Permitida corrigida anualmente pelo índice do IPCA
- Revisão tarifária nos 5º, 10º e 15º anos do contrato de concessão
- Concessões com prazos de 30 anos

Fonte: Taesa

Além da receita resiliente, o segmento é caracterizado por uma operação simples, com baixos custos de O&M atrelados, que garantem margens operacionais acima de 80%, na maioria dos casos.

A estrutura de financiamento dos projetos costuma trazer mecanismos de proteção durante a fase de construção das linhas de transmissão, considerada a principal etapa de risco do projeto. Até que seja atingido o completion físico do projeto e este passe a ser operacional, as companhias costumam oferecer para os credores fiança bancária com instituições de primeira linha e/ou fiança por parte dos acionistas.

O Leilão Mais Recente: O Maior em Números Absolutos da História

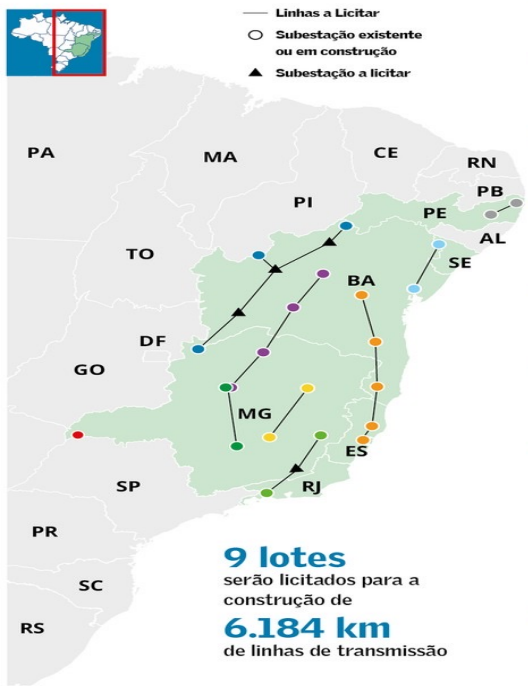
No dia 30 de junho, foi realizado o primeiro leilão de linhas de transmissão de 2023. Foram negociados nove lotes para construção, operação e manutenção de 6.184 quilômetros (km) de linhas e subestações com capacidade de transformação de 400 megavolts-ampére (MVA). Foram contratados investimentos totais de R$ 15,3 bilhões, o maior valor de um leilão de transmissão já realizado no país. O prazo de conclusão varia de 36 a 66 meses.

O deságio médio foi de 50,97%. O valor veio em linha com o deságio ofertado nos últimos oito leilões, ocorridos entre 2018 e 2022, mesmo com capital mais escasso e maior custo de capital atual.

Serão 33 empreendimentos em sete estados: Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe. A expectativa do Ministério de Minas e Energia (MME) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é de criação de 29 mil empregos diretos e indiretos. O leilão serviu para viabilizar, principalmente, o escoamento da energia eólica e solar produzida no Nordeste para a região Sudeste.

Interligações

Investimentos previstos de R$ 15,7 bilhões



Lote 1: BA/ MG	
Extensão	1.116 km
Investimentos	R$ 3,1 bilhões
Benefícios	Expansão do sistema de transmissão no Nordeste
Lote 2: BA/MG	
Extensão	1.614 km
Investimentos	R$ 4,3 bilhões
Benefícios	Ampliação da malha de transmissão para fazer frente à expectativa de contratação de renováveis
Lote 3: MG	
Extensão	349 km
Investimentos	R$ 921,4 milhões
Benefícios	Sistema de transmissão no Estado de Minas Gerais
Lote 4: MG	
Extensão	303 km
Investimentos	R$ 786,6 milhões
Benefícios	Expansão da transmissão para fazer frente à contratação de montantes de energia eólica e solar
Lote 5: BA/ MG/ ES	
Extensão	1.006 km
Investimentos	R$ 2,66 bilhões
Benefícios	Expansão do sistema de transmissão dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo
Lote 6: BA/SE	
Extensão	714 km
Investimentos	R$ 2,3 bilhões
Benefícios	Expansão do sistema de transmissão da Bahia e Sergipe
Lote 7: MG/RJ	
Extensão	1.044 km
Investimentos	R$ 2,34 bilhões
Benefícios	Interligação da transmissão entre os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro
Lote 8: PE	
Extensão	38 km
Investimentos	R$ 259,4 milhões
Benefícios	Aumento da confiabilidade no atendimento a região metropolitana de Recife
Lote 9: MG	
Potência	400 MVA
Investimentos	R$ 94 milhões
Benefícios	Reforços no sistema para escoamento de excedentes de geração fotovoltaica e biomassa

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Ministério de Minas e Energia (MME) e Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE)

Fonte: Valor Econômico

Nos lotes de 1 a 7, a função dos empreendimentos é a expansão do sistema de transmissão da Área Sul da Região Nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo para fazer frente à expectativa de contratação de elevados montantes de energia provenientes de empreendimentos de geração renovável na região com destaque para as usinas eólicas e solares. Os vencedores foram os seguintes:

- O Lote 1 foi vencido pelo Consórcio Gênesis, cuja proposta foi de R$ 174,050 milhões e deságio de 46,18%. A finalidade é expandir o sistema de transmissão no Nordeste, com linhas entre Bahia e Minas Gerais.
- O Lote 2 foi vencido pelo Consórcio Rialma, com proposta de R$ 347,800 milhões e deságio de 51%. A linha visa ampliar a capacidade de transmissão dos estados da Bahia e Minas Gerais para escoamento de geração renovável aos centros consumidores do Sul e Sudeste.
- O Lote 3 foi vencido pela Cymi Construções e Participações, que arrematou com proposta de R$ 70,886 milhões e deságio de 52,13%. Com empreendimentos em Minas Gerais, o Lote 3 visa expandir o sistema para contratar energia eólica e solar na região.
- O Lote 4 foi vencido pela Furnas Centrais Elétricas com deságio de 45,75% e proposta de R$ 68,7 milhões. Este lote consiste em 303 km de linhas em Minas Gerais que vão expandir a transmissão para contratação de energia eólica e solar.
- O Lote 5 foi arrematado pelo Consórcio Engie Brasil Transmissão, com proposta de R$ 249,3 milhões e deságio de 42,8%. O lote engloba 1.006 km de linhas, para expandir o sistema de transmissão de energia de Minas Gerais e Espírito Santo.
- O Lote 6 foi vencido pela Celeo Redes Brasil com lance de R$ 99,87 milhões e deságio de 48,23%. Este lote prevê a ampliação de 714 km de linhas no sistema de transmissão entre Bahia e Sergipe.
- O Lote 7 foi arrematado pela CTEEP com proposta de R$ 218,88 milhões e deságio de 41,81%. O lote prevê 1.044 km de linhas para interligar a transmissão entre os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Com a proposta inicial de R$ 19,5 milhões e deságio de 55,35%, o Consórcio Gênesis foi vencedor do Lote 8, com a finalidade de aumentar a confiabilidade no atendimento à região metropolitana de Recife. A linha liga as cidades de Jaboatão dos Guararapes (PE) e Recife.

O vencedor do Lote 9 foi a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), que arrematou o lote com proposta de R$ 7,461 milhões, que representou deságio de 50,36%. O lote tem a finalidade de ampliar o sistema da região noroeste do estado de São Paulo para escoamento de excedentes de geração fotovoltaica e biomassa.

Gargalo na Cadeia de Fornecedores: Um Ponto de Atenção para os Próximos Anos

Segundo avaliação da Associação Brasileira de Empresas de Transmissão de Energia (Abrate), a capacidade da indústria fornecedora de equipamentos para transmissão de energia elétrica se apresenta como o principal desafio associado aos leilões do segmento previstos para 2023 e 2024.

Os fabricantes de transformadores e reatores para projetos de transmissão de energia, como Siemens, WEG e ABB, estão com alta utilização de capacidade em suas fábricas e direcionando parte da produção para outras atividades, como geração renovável ou para exportação.

De acordo com o presidente da Abrate, Mario Miranda, na média, 70% da produção nacional de transformadores são destinados à exportação, sendo que, dos 30% restantes, a maioria são direcionados para as fontes renováveis e para a indústria. Ainda segundo ele, os elevados deságios oferecidos pelas empresas construtoras de linhas de transmissão, na disputa pelos projetos, contribuem para uma menor margem de lucro para as fabricantes, que gera uma menor preferência de atender este segmento.

Como forma de mitigação de risco caso realmente vençam os lotes, as empresas que disputam os leilões costumam assinar pré-contratos com os fornecedores. Entretanto, dada a pressão colocada nas cadeias produtivas ao redor do mundo em virtude da pandemia de Covid-19, atrasos nas entregas por parte das fabricantes tem ocorrido com maior frequência.

Soluções como aumento do turno de trabalho, contratação de mais pessoal e expansão industrial tem sido discutidos com as principais fabricantes. A expectativa é de que estas soluções trarão resultado no médio prazo. Como exemplo destas iniciativas tem-se:

- A Hitachi Energy investiu US$ 15 milhões para ampliar a fábrica de Guarulhos (SP).
- O diretor administrativo financeiro da fabricante catarinense WEG, André Luís Rodrigues, revelou que de 2022 até hoje a empresa aportou mais de R$ 100 milhões em expansão no segmento de transmissão e distribuição.
- O diretor de novos negócios da fabricante de equipamentos Tsea, Rafael Porteiro, diz que até o fim de 2025, o plano é investir R$ 50 milhões em infraestrutura para evolução de processos e inovação tecnológica.

Outro ponto de atenção diz respeito à pouca disponibilidade, segundo alguns players do setor, de companhias especializadas na construção de linhões no Brasil, conhecidas como epecistas. Este argumento é rebatido pela Associação Brasileira da Construção Metálica (Abcem). Segundo a entidade, o parque fabril de torres de transmissão no Brasil tem estado ocioso nos últimos anos. Com 465 mil toneladas por ano (t/ano) de capacidade de produção e demanda prevista em não mais do que 186 mil t/ano em 2023, o setor continuará com ociosidade de 60% da capacidade.

O diretor de construção da Abcem e representante das construtoras de linhas de transmissão, Gustavo Barra, diz que, pela capacidade operacional de construção, o Brasil está bem atendido com as empresas do setor. Segundo ele, o gargalo está na capacidade financeira das empresas epecitas após os impactos sofridos, primeiro pela Operação Lava-Jato e depois pela pandemia, e não na capacidade operacional de execução.

Robusto Pipeline de Novos Projetos

O leilão ocorrido em junho de 2023 foi o primeiro de três leilões planejados para oferecer pelo menos R$ 50 bilhões em investimentos de transmissão de energia nos próximos 9 meses.

Segundo o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa Neto, os dois próximos leilões de linhas de transmissão de energia ocorrerão em 15 de dezembro de 2023 e em março de 2024. Inicialmente marcadas para outubro e dezembro de 2023, as datas foram postergadas para haver um maior espaçamento entre os leilões.

Para os próximos leilões, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que o governo estuda possibilidades para aprimorar a metodologia, de forma a assegurar que haja mais concorrência entre empresas do setor nos certames e trazer mais segurança, afastando especuladores do segmento.

No caso específico do leilão a ser realizado em dezembro de 2023, por ser um projeto específico de bipolo de corrente contínua para o escoamento da produção de energia renovável do Nordeste e Norte para o Sudeste, a tendência é de que apenas empresas especializadas disputem o certame.

Entre 2023 e 2025, devem ser realizados pelo governo federal seis leilões que poderão movimentar cerca de R$ 80 bilhões em investimentos, caso seja confirmado o segundo bipolo de transmissão, que conectaria o Rio Grande do Norte às regiões Sudeste e Sul. Os estudos de viabilidade desse empreendimento devem ser concluídos até o fim de 2023, o que poderia fazer com que fosse licitado em 2025.

Dado o robusto pipeline, nas novas oportunidades a Inter Asset manterá a forte diligência na análise dos projetos, que deve considerar, principalmente: (i) nível de agressividade da proposta realizada no leilão para vencer o projeto, cujo deságio sobre a RAP deve estar alinhado com as necessidades de OPEX que o projeto demandará, de forma a ser suficiente para arcar com o serviço da dívida e a remuneração do projeto; (ii) complexidade de execução das obras para construção do parque, a ser feita por epecista renomado no mercado (como necessidade de obtenção de licenças ambientais etc.), de forma a evitar atrasos no início da operação dos ativos e, com isso, prejudicando a curva de recebimento da RAP e gerando punições por parte da reguladora; (iii) histórico de execução de outros projetos por parte do controlador, com análise da eficiência entregada considerando a proposta feita no leilão e nível de abertura conquistada no mercado de capitais; (iv) histórico de atuação do regulador, que deve ser marcado por inexistência de alteração dos mecanismos de renovação e no cumprimento dos demais itens do contrato; (v) estruturação do funding do projeto, de forma a preservar a saúde financeira de longo prazo do projeto, com uma relação equity x dívida adequada ao risco do setor e dívida com garantias e amarras características para este tipo de transação; (vi) governança corporativa robusta, com administração com boa experiência prévia, política de remuneração com alinhamento de interesses e política com partes relacionadas alinhada com as melhores práticas de mercado.

Referências:

https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-06/leilao-de-linhas-de-transmissao-vai-gerar-investimento-de-r15-bilhoes

https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/06/26/megaleilao-de-linhas-de-transmissao-e-atrativo-mas-enfrenta-entraves.ghtml

https://www.cnnbrasil.com.br/economia/leilao-de-transmissao-de-energia-cumpriu-com-expectativa-e-foi-um-sucesso-avalia-especialista/

https://www.canalenergia.com.br/noticias/53253486/mme-quer-aprimoramentos-para-proximo-leilao-de-transmissao

https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/06/30/aneel-confirma-datas-de-proximos-leiloes-de-linhas-de-transmissao.ghtml

https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/capacidade-industrial-e-gargalo-para-megaleiloes-de-transmissao-de-energia-diz-abrate,2b938a243f75204764e192badd69d000rtkfrekc.html

https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/06/30/leiloes-de-transmissao-tem-novas-datas-e-alivia-fabricantes.ghtml

https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/06/27/leilao-de-transmissao-de-energia-tem-risco-retorno-atraente-mas-criacao-de-valor-limitada-diz-bofa.ghtml

https://ri.taesa.com.br/sobre-a-taesa/ambiente-regulatorio/#1550585007518-22db08be-e1cf

https://www.mundodaeletrica.com.br/o-que-sao-linhas-de-transmissao-caracteristicas-curiosidades/

https://cotesa.com.br/2023/01/25/a-importancia-das-linhas-de-transmissao-para-o-funcionamento-do-sin/

https://editorabrasilenergia.com.br/transmissao-assume-protagonismo-no-setor-eletrico/

Sobre o fundo

Objetivo

O Fundo buscará uma rentabilidade alvo para as cotas que acompanhe os títulos do tesouro indexados à inflação com *duration* média (prazo médio ponderado) similar à da carteira do Fundo, acrescida de sobretaxa (*spread*) de 1% (um inteiro por cento) a 1,5% (um inteiro por cento e cinquenta centésimo por cento) ao ano, considerando as distribuições periódicas.

Tributação

Isenção de tributação nos rendimentos e no ganho de capital na venda da cota. Alíquota de imposto de renda de 0% apenas para pessoas físicas. Pessoas jurídicas estão sujeitas à alíquota de 15% nos termos do art. 3º § 1º da Lei 12.431/2011

Características

Início do fundo: Setembro 2021

Código B3: BIDB11

Código ISIN: BRBIDBCTF001

CNPJ: 42.294.971/0001-31

Categoria ANBIMA: Renda Fixa Duração Livre Crédito Livre

Segmento: Infraestrutura

Gestor: Inter Asset

Administrador: Inter DTVM

Público-alvo: Investidor em geral

Taxa de administração: 0,80% a.a.

Retorno-alvo: NTN-B 28 + 1%-1,5% a.a.

Taxa de performance: Não há

Liquidez: D+2 dias úteis (listado) [6]

Overview do fechamento [1]

R$ 125 MM Patrimônio Líquido	**4.033** Cotistas
5,7 Anos Duration da carteira de crédito [2]	**25 Emissores** No portfólio [2]
IPCA+7,86% Carrego da carteira de crédito [3]	**R$ 92,83** Cota Patrimonial [4]
R$ 0,7/cota de Distribuição	**0,79%** Yield mês [5]

Disclaimer

Fonte: Inter Asset, Inter DTVM, B3

1 Todas as informações se referem ao fechamento de janeiro, com data-base em 30/06/23.

2 Referente ao portfólio do fundo INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP, CNPJ 41.953.322/0001-32 (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO).

3 Carrego da carteira de crédito do fundo Master.

4 Valor sem dedução do montante a ser distribuído em Julho-23.

5 Yield calculado com base na cota de mercado no dia 30/06/23.

6 Prazo dependente das condições de liquidez do mercado secundário.

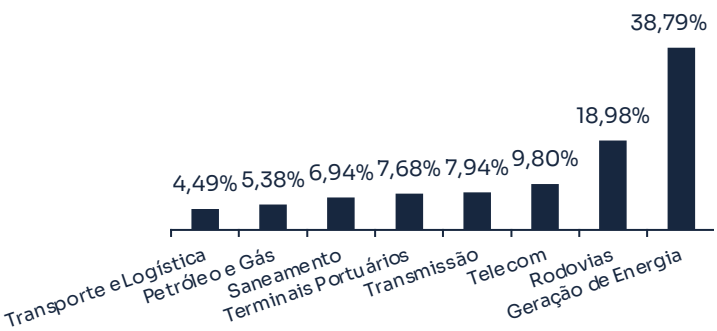
Visão do Portfólio

Carteira de Crédito [2]

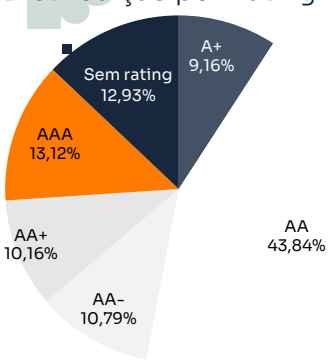
	Emissor	Setor	Rating	12.431	Volume (R$ milhões)	Peso	Indexador	MTM	Duration	Spread NTN-B (MtM)
Caixa					122045,04	0,10%	SELIC			
NTN-B26					2227604,35	1,86%	IPCA			
NTN-B28					4056842,45	3,38%	IPCA			
AEAB11	AES Cajuína	Geração de Energia	AA-	Sim	3.061.259	2,45%	IPCA	6,36%	8,32	1,17%
ALGAC2	Algar	Telecom	AAA	Sim	4.430.188	3,55%	IPCA	6,39%	6,00	1,20%
ANEM11	Anemus	Geração de Energia	AA	Sim	13.419.124	10,75%	IPCA	8,83%	6,48	3,48%
ANET12	Americanet	Telecom	A-	Sim	3.301.266	2,64%	IPCA	9,51%	7,36	3,89%
CART13	CART	Rodovias	AA+	Sim	2.464.388	1,97%	IPCA	7,01%	5,90	1,79%
CJEN13	TESC	Terminais Portuários	A+	Sim	6.750.234	5,41%	IPCA	7,81%	5,70	2,54%
CPTM15	Ligga	Telecom	A+	Sim	3.021.497	2,42%	IPCA	10,02%	4,81	4,56%
CRMG15	Nascentes das Gerais	Rodovias	AA	Sim	6.956.366	5,57%	IPCA	7,53%	3,94	2,12%
GTSA11	Goias Transmissora	Transmissão	AAA	Não	4.814.968	3,86%	IPCA	7,28%	4,59	1,88%
HGLB12	Highline	Telecom	Sem rating	Não	1.058.421	0,85%	CDI	9,59%	2,51	3,35%
HVSP11	Hélio Valgas	Geração de Energia	Sem rating	Sim	7.167.117	5,74%	IPCA	7,17%	6,58	1,89%
HZTC14	Orizon	Saneamento	AA+	Sim	1.884.842	1,51%	IPCA	7,44%	5,65	2,19%
IFPT11	Ifin Participações	Saneamento	AA	Não	6.483.044	5,19%	IPCA	7,35%	5,19	2,00%
MEZ511	MEZ 5 Energia	Transmissão	AAA	Sim	4.753.923	3,81%	IPCA	7,04%	7,90	1,71%
MTRJ19	Metrorio	Transporte e Logística	AA	Sim	5.413.023	4,33%	IPCA	9,21%	3,93	3,72%
PEJA11	Petrorio	Petróleo e Gás	AA+	Sim	6.485.794	5,19%	IPCA	7,15%	5,15	1,91%
RAHD11	Rio Alto	Geração de Energia	AA	Sim	3.612.433	2,89%	IPCA	7,29%	6,40	1,97%
RATL11	Rota do Atlântico	Rodovias	AA-	Sim	2.822.085	2,26%	IPCA	7,33%	6,81	2,02%
RDVE11	RDVE	Geração de Energia	AA	Sim	4.573.113	3,66%	IPCA	6,90%	5,42	1,68%
RODB11	Rodovias do Brasil	Rodovias	AA-	Não	1.254.074	1,00%	CDI	8,58%	4,40	3,20%
TBCR18	Transbrasiliana	Rodovias	Sem rating	Sim	5.568.954	4,46%	IPCA	8,84%	4,42	3,45%
TVVH11	TVV	Terminais Portuários	AA	Sim	2.504.258	2,01%	IPCA	7,17%	4,29	1,86%
UNEG11	GNA UTE I	Geração de Energia	A	Sim	10.551.553	8,45%	IPCA	7,88%	7,88	2,51%
VIMT13	Via Brasil MT 320	Rodovias	AA	Sim	3.815.286	3,06%	IPCA	8,47%	6,19	3,17%
VSJH11	Ventos de São Jorge	Geração de Energia	AA-	Sim	4.379.338	3,51%	IPCA	8,57%	2,58	3,00%

* Ativos em lock-up | [2] Portfólio do fundo INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP, CNPJ 41.953.322/0001-32, (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO)

Distribuição por Setor [7]



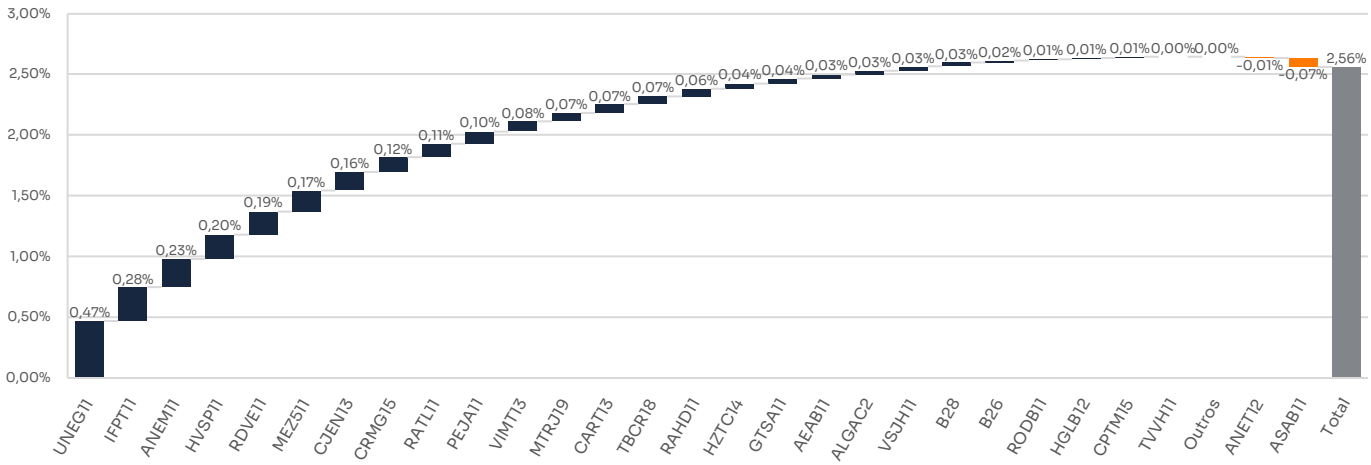
Distribuição por Rating [7]



25 ativos Carteira de Crédito [2]	5,7 anos Duration	IPCA+7,86% Carrego [3]	IPCA+5,21% NTN-B 28	2,52% Spread

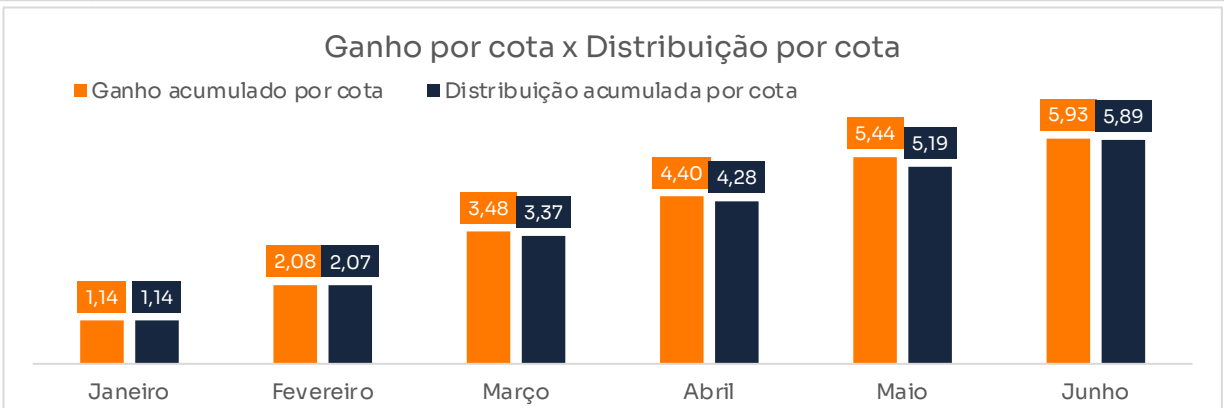
Data-base: 30/06/2023 | [7] Números referentes a carteira de crédito do fundo INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO) de CNPJ 41.953.322/0001-32, e não contempla as alocações em títulos públicos, compromissadas e os custos do Infra Master e FIC.

Atribuição de Performance [2]



A atribuição mensal considera o resultado percentual em relação ao patrimônio líquido do início do mês segregando o efeito de cada ativo em (i) compra/venda de ativos; (ii) efeito curva; (iii) efeito *spread*; e (iv) efeito carrego. O cálculo do efeito carrego trava o carrego do ativo em relação a marcação a mercado do fechamento do mês anterior.

Ativos	Impacto de negociação de ativos	Oscilação da curva de juros reais	Oscilação do spread de crédito	Carrego IPCA e juros reais s/ oscilação de crédito	Recebimento de cupom de juros	Total
UNEG11	0,00%	0,20%	0,21%	0,05%	0,00%	0,47%
IFPT11	0,00%	0,17%	0,06%	0,05%	0,00%	0,28%
ANEM11	0,00%	0,22%	0,07%	-0,48%	0,42%	0,23%
HVSP11	0,00%	0,12%	0,06%	0,03%	0,00%	0,20%
RDVE11	0,00%	0,06%	0,11%	0,02%	0,00%	0,19%
MEZ511	0,00%	0,10%	0,05%	0,02%	0,00%	0,17%
CJEN13	0,00%	0,09%	0,03%	-0,18%	0,21%	0,16%
CRMG15	0,00%	0,03%	0,05%	-0,30%	0,33%	0,12%
RATL11	0,00%	0,04%	0,06%	-0,07%	0,08%	0,11%
PEJA11	0,00%	0,08%	-0,01%	0,03%	0,00%	0,10%
VIMT13	0,00%	0,06%	0,00%	-0,14%	0,16%	0,08%
MTRJ19	0,00%	0,03%	0,03%	0,03%	0,00%	0,07%
CART13	0,00%	0,03%	0,02%	-0,06%	0,07%	0,07%
TBCR18	0,00%	0,06%	-0,02%	0,03%	0,00%	0,07%
RAHD11	0,00%	0,06%	-0,03%	0,04%	0,00%	0,06%
HZTC14	0,00%	0,03%	0,01%	0,01%	0,00%	0,04%
GTSA11	0,00%	0,03%	-0,01%	-0,25%	0,28%	0,04%
AEAB11	0,00%	0,07%	-0,05%	0,01%	0,00%	0,03%
ALGAC2	-0,01%	0,04%	0,00%	0,00%	0,00%	0,03%
VSJH11	0,00%	0,02%	-0,01%	0,02%	0,00%	0,03%
B28	-0,01%	0,02%	0,00%	0,01%	0,00%	0,03%
B26	0,00%	0,01%	0,00%	0,01%	0,00%	0,02%
RODB11	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,01%
HGLB12	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,01%
CPTM15	0,00%	0,03%	-0,04%	0,02%	0,00%	0,01%
TVVH11	-0,02%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
ANET12	0,00%	0,02%	-0,05%	0,02%	0,00%	-0,01%
ASAB11	-0,04%	0,02%	0,00%	-0,25%	0,19%	-0,07%
Total	**-0,08%**	**1,64%**	**0,56%**	**-1,31%**	**1,74%**	**2,56%**



2 Referente ao portfólio do fundo INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP, CNPJ 41.953.322/0001-32 (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO).
| 1) Resultado final do INTER INFRA MASTER, contemplando carrego do caixa, custos e ajustes de cota.

Demonstração de Resultado

	Jan/23	Fev/23	Mar/23	Abr/23	Maio/23	Junho/23	Acumulado
Receitas	396.085,23	-481.913,85	1.777.818,80	1.534.693,47	4.314.802,08	3.149.052,11	10.690.537,85
Ganho com carrego IPCA + juros reais	1.123.176,94	840.091,99	1.898.009,56	1.418.758,84	1.355.668,53	-1.608.327,99	5.027.377,87
Ganho com recebimento de cupom de juros	694.366,97	387.213,34	111.245,95	-	337.993,00	2.146.309,93	3.677.129,19
Ganho (perda) com oscilação da curva de juros reais	- 974.139,79	616.620,72	1.465.462,12	988.472,62	1.943.268,14	2.022.419,11	6.062.102,92
Ganho (perda) com fechamento (abertura) de *spread*	-445.477,32	-2.325.842,36	-1.674.838,39	-870.667,33	754.904,79	684.019,66	-3.877.900,95
Ganho (perda) com negociação de ativos no secundário	-1.841,58	2,47	- 22.060,44	- 1.870,66	- 77.032,38	- 95.368,59	- 198.171,18
Ajuste DAP	-	-	-	-	-	-	-
Caixa	7.357,09	5.546,73	13.940,26	4.543,44	6.608,36	15.099,17	53.095,05
Resultado bruto	**403.442,32**	**(476.367,12)**	**1.791.759,06**	**1.539.236,91**	**4.321.410,44**	**3.164.151,28**	**10.743.632,90**
Taxa de administração	-89.704,98	-72.361,25	- 91.815,73	- 71.789,91	- 88.992,67	- 86.244,87	- 500.909,41
Outras despesas	- 31.314,53	- 30.393,79	- 33.103,95	- 30.043,80	- 26.237,79	- 31.507,72	- 182.601,58
Ajuste	- 0,82	- 0,30	- 742,01	-0,18	- 0,17	0,19	- 743,29
Resultado líquido	**282.421,98**	**-579.122,45**	**1.666.097,38**	**1.437.403,03**	**4.206.179,81**	**3.046.398,88**	**10.059.378,62**
Quantidade de Cotas [12]	1.345.099	1.345.099	1.345.099	1.345.099	1.345.100	1.345.099	1.345.099
Resultado por Cota [13]	0,21	(0,43)	1,24	1,07	3,13	2,26	7,48

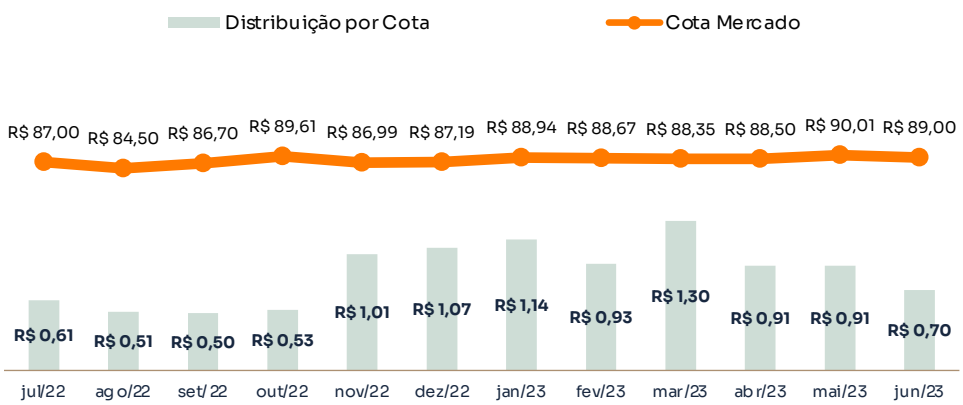
12 Refere ao INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO – BIDB11 | 13 O resultado apresentado foi calculado através do regime de competência, e portanto sujeito a movimentos que não serão refletidos no resultado calculado através do regime caixa.

Cronograma de Rendimentos e Cota

17ª Distribuição de Rendimentos

Referência	Junho
Data de anúncio	30/06/2023
Data de pagamento	12/08/2022
Distribuição por cota	R$ 0,70
Cota de mercado no fechamento	R$ 89,00
Dividend Yield Mês [5]	0,79%
Distribuição por cota acumulado	R$ 21,53

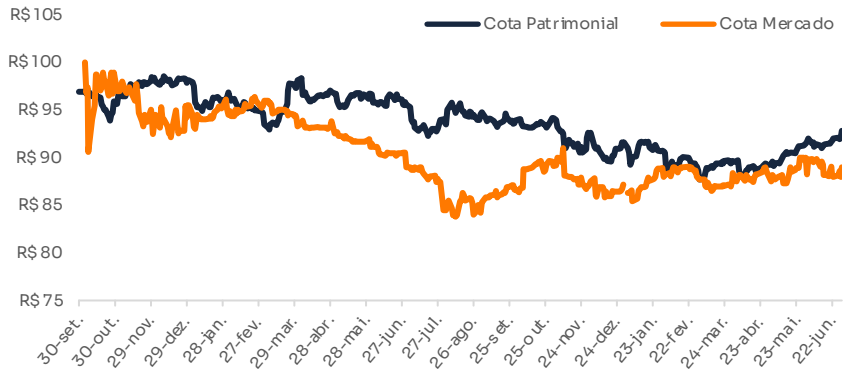
* De acordo com o Capítulo VIII do Regulamento do fundo Inter Infra FIC - BIDB11, o fundo incorpora todos os resultados em seu patrimônio líquido diário e, por isso, as distribuições de rendimentos aos cotistas serão feitas regularmente. A distribuição anunciada foi calculada a partir dos **juros recebidos das debêntures incentivadas pelo fundo no mês**, além da **antecipação do pagamento da correção monetária da carteira de crédito pelo IPCA mensal**. O gestor buscará realizar as **distribuições periódicas mensalmente**.



Data-base: 30/06/23 | Fonte: B3 | [5] Yield calculado com base na cota de mercado no fechamento|. [10] Cota a valor de mercado no último dia útil do mês.

Mercado

Cota Patrimonial vs. Cota de Mercado [8]



Volume de Cotas Negociados na B3 [8]

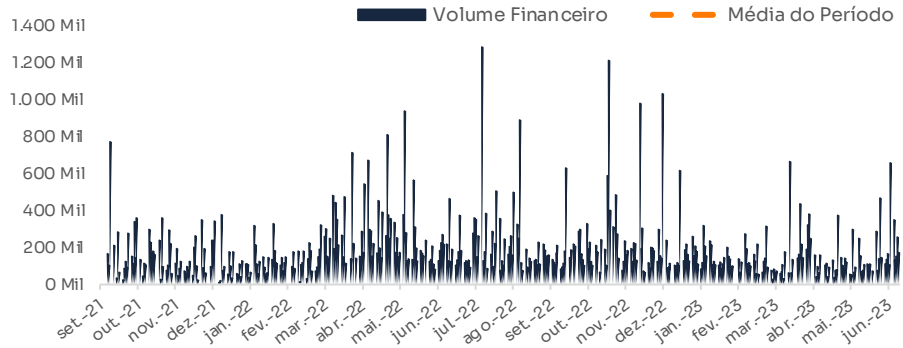


Tabela de precificação

Líquida de Custos e Isenta de IR para PF [9]

Preço da Cota de Mercado	Taxa Equivalente (IPCA +)
R$ 85,00	8,25%
R$ 86,00	8,04%
R$ 87,00	7,83%
R$ 88,00	7,63%
R$ 89,00	7,42%
R$ 90,00	7,22%
R$ 91,00	7,03%
R$ 92,00	6,83%
R$ 93,00	6,64%
R$ 94,00	6,45%

Exercício considerando a cota patrimonial do fechamento.

95,87 %

P/VPA* em 30/06/23

* Cotas não ajustadas pelos rendimentos.

R$ 120 Milhões

Market Cap em 30/06/23

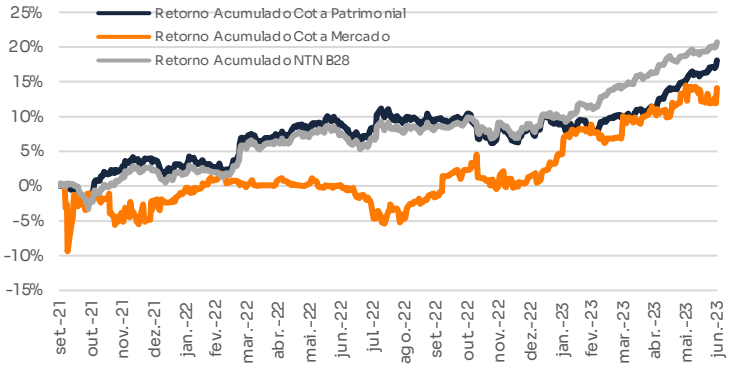
Rentabilidade [12]

Considerando as distribuições no período

		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO	ACUM.[1]
2023	Cota Patrimonial	0,25%	-0,47%	1,41%	1,21%	3,53%	2,49%							8,66%	18,08%
	Cota Mercado	3,27%	4,04%	1,11%	1,20%	2,73%	-0,34%							12,56%	14,08%
	NTN-B 28	0,89%	1,43%	2,53%	1,72%	2,14%	1,64%							10,80%	20,69%
2022	Cota Patrimonial	-0,82%	-0,10%	3,52%	0,87%	0,70%	0,88%	-0,70%	0,69%	0,49%	0,79%	-1,65%	0,02%	4,72%	8,67%
	Cota Mercado	1,92%	1,02%	-0,70%	0,70%	-0,42%	-0,29%	-2,56%	-2,19%	3,23%	3,96%	-2,35%	1,41%	3,52%	1,36%
	NTN-B 28	-0,49%	0,26%	3,31%	0,85%	1,10%	0,13%	-0,74%	0,89%	0,59%	1,27%	-0,65%	-0,20%	6,45%	8,93%

Com base na cota patrimonial ajustada, que considera a valorização dos ativos que compõem a carteira e incorpora os valores distribuídos no período, o fundo BIDB11 obteve uma rentabilidade superior a seu benchmark (NTNB28) desde sua criação, há 18 meses.

Considerando o preço de negociação das cotas, a rentabilidade pode divergir e não acompanhar o *benchmark*. Isso porque, sendo o Inter Infra FIC um fundo listado em bolsa, a cota de mercado depende também de fatores de mercado (oferta e demanda), e não reflete necessariamente a qualidade da carteira de crédito (representado pela cota patrimonial).



Data-base: 31/05/2023 | [8] Início das negociações do fundo: 06/10/2021 | [9] Exercício foi feito com base na carteira do INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO, que alocada seus recursos no INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP de CNPJ 41.953.322/0001-32, com carteira apresentada anteriormente. | 12 Exercício feito usando a rentabilidade final somado às distribuições do INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO (BIDB11) como base. Houve mudança na metodologia de cálculo: A distribuição passou a ser adicionada no terceiro dia útil de cada mês (data de impacto na cota patrimonial), e no último dia útil para a cota de mercado.

Descrição dos Ativos

Anemus Wind S.A. 2W Energia	ANEM11	O Complexo Eólico Anemus Wind é composto por três parques eólicos em fase pré-operacional, no Estado do Rio Grande do Norte. Com capacidade instalada de 138,6 MW, o parque vendeu energia em PPAs de médio prazo no mercado livre. O perfil dos clientes é pulverizado, com exceção do PPA da Copel (AAA) que será responsável por cerca de 1/3 da garantia física do projeto. A emissão contará com fiança bancária do BTG e do Sumitomo até finalização do projeto. Após o *completion*, contará com as garantias usuais de projeto, como a cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.
Asa Branca Holding S.A. ContourGlobal	ASAB11	Complexo Eólico formado por 5 parques eólicos já operacionais desde 2013, com 160 MW de capacidade instalada. O projeto, localizado no Rio Grande do Norte, apresenta um longo histórico de geração e energia contratada no mercado regulado até o vencimento da debênture. A Companhia tem como acionistas a Contour Global, presente em 20 países com um total de 117 plantas de geração e energia, sendo 85 renováveis e rating global BB- pela Fitch. A emissão conta com as garantias usuais de projeto, sendo elas cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.
PetroRio S.A. PetroRio	PEJA11	A PetroRio ou PRIO, é um dos maiores produtores independentes de petróleo do Brasil. Sua estratégia é focada na revitalização de campos offshore adquiridos das Major Oil Companies como a Petrobras. Tal estratégia consiste em adquirir um campo de produção maduro e realizar investimentos visando ampliar o volume de óleo extraído e consequentemente ampliar a vida útil econômica de tal campo. O portfólio da PRIO atualmente conta com os campos de Frade, Polvo, Tubarão-Martelo e Albacora Leste. Juntos, esses campos produziram cerca de 90 mil barris de óleo equivalente por dia (boe/d) em março/23. A PRIO ainda detém 64,30% de participação no campo de Wahoo, que ainda não iniciou sua produção. De acordo com o planejamento da empresa, o campo deverá ter seu first oil em 2024 e a produção combinada de todos os campos deverá superar a marca de 100 mil boe/d em 2024. A companhia é listada na B3 sob o ticker PRIO3 desde 2015 e atualmente possui um valor de mercado de aproximadamente R$ 31 bilhões. No final do 1T23, a companhia apresentou um EBITDA Ajustado acumulado nos últimos 12 meses de US$ 1,050 bilhões e uma alavancagem medida por dívida líquida sobre EBTIDA Ajustado de 1,1x. A operação possui um prazo de 10 anos e teve seu rating elevado em janeiro de 2023 de AA para AA+ pela S&P.
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. CART	CART13	A Concessionária Auto Raposo Tavares (CART) detém a concessão das rodovias estaduais SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 km entre Bauru e Presidente Epitácio, no estado de São Paulo. O Corredor CART é uma das principais vias de trânsito de produtos, serviços e mercadorias no Estado de São Paulo, formado por municípios com forte potencial econômico, especialmente o escoamento de cargas, por ser uma valiosa ligação entre o Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul e toda a região sul do país, com destaque para o Estado do Paraná, onde está localizado o porto de Paranaguá. O contrato de concessão possui vencimento previsto em 2039, na qual a Companhia já cumpriu com cerca de 97% das obrigações de investimento. A Companhia possui como acionistas o Pátria Investimentos, uma das maiores gestoras de investimentos alternativos no Brasil, com mais de US$ 50 bilhões sobre gestão, e o GIC, o fundo soberano do governo de Singapura que possui um portfólio global com cerca de US$ 550 bilhões em ativos sob gestão. A empresa foi finalista do Prêmio Concessionária do Ano em 2020 em 4 categorias, sendo primeira colocada na categoria "Inovação" e segunda colocada nas categorias "Concessionária do Ano", "Eficiência nos Serviços Operacionais" e "Segurança Rodoviária". A operação possui rating AA-, pela S&P, e possui como garantias o penhor de ações da Companhia e a cessão fiduciária dos recebíveis da concessão.
Concessionária da Rodóvia MG-050 S.A. abnascentes das gerais	CRMG15	A Companhia tem como atividade a exploração - incluindo a operação, as obras de ampliações e melhorias, assim como a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR265, BR-491, do Km 0,00 ao Km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso – divisa MG/SP da Rodovia BR-265. O contrato de concessão, assinado em 2007, possui prazo de vencimento em 2032. O tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades lindeiras à rodovia, na qual a região é característica por forte atividade econômica de setores, tais como o transporte de calcário, minério, cimento e madeiras. A Companhia possui como acionista a AB Concessões, holding que possui 3 concessões rodoviárias em seu portfólio e é controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Índia e Polônia. A emissão possui rating AA+, pela S&P, e possui como garantias a alienação fiduciária das ações da Companhia, a cessão fiduciária dos recebíveis da concessão e a fiança da AB Concessões até o *completion* do projeto.
Goiás Transmissão S.A. Goiás MGE	GTSA11	A Companhia possui a concessão das linhas de transmissão Rio Verde Norte-Trindade, Trindade-Xavantes, Trindade-Carajás e da subestação Trindade até 2040. O projeto entrou em operação comercial em outubro de 2013. A Companhia tem como acionistas controladores Furnas, subsidiária da Eletrobrás (49%), e o Grupo Energia Bogotá - GEB (51%). A emissão conta com as garantias usuais de projeto, sendo elas a cessão fiduciária das ações da Goiás Transmissora e cessão fiduciária dos direitos oriundos dos contratos de concessão.
IFIN Participações S.A. Águas Guariroba	IFPT11	Holding detentora de 100% das ações PN (32,08% das ações totais) de emissão da Águas de Guariroba. O serviço da dívida das debentures será pago com os dividendos da empresa de saneamento. A Águas de Guariroba possui rating AA (bra) pela Fitch, e já é um ativo maduro, com um atendimento de água de 100% e atendimento urbano de esgoto de 84%. Tem como acionista controlador a AEGEA, maior empresa privada de saneamento privado do país. A emissão tem como garantia as ações PN de emissão da Águas de Guariroba.

Descrição dos Ativos

Ligga Telecomunicações S.A. 	CPTM15	A Ligga é uma das maiores provedoras de banda larga no Paraná, resultante da privatização da Copel Telecom em um leilão realizado em outubro de 2020, no qual o vencedor foi o Fundo Bordeaux, veículo de investimento de Nelson Tanure. O valor da operação foi de R$ 2,5 bilhões. A empresa atua no fornecimento de conectividade por meio de banda larga em fibra para B2C e B2B, com larga experiência na implementação de tecnologias de ponta. Sua atuação se dá em mais de 399 cidades no Paraná e 4 em São Paulo, com um market share de aproximadamente 12% das conexões de banda larga e 15% das conexões de banda larga de fibra ótica do estado. Em novembro de 2021 venceu, em consórcio com a Unifique, o lote regional do 5G na região Sul. A Ligga será responsável pela implementação do 5G no Paraná. A Companhia possui 100% da rede em fibra ótica, com extensão de 42 mil Km, abrangendo boa parte do território do Paraná, e 1,9 milhão de casas passadas, além de mais de 285 mil assinantes B2C. A operação possui rating A+ pela S&P e conta com pacote de garantias composto por cessão fiduciária de recebíveis com volume mínimo de R$ 42,5 milhões por mês, além da cessão fiduciária da conta vinculada aos recebíveis.
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. 	TBCR18	A Transbrasiliana é responsável pela administração da concessão do trecho de 321,6 quilômetros da BR-153, entre a divisa dos estados de São Paulo e Minas Gerais até a divisa de São Paulo com o Paraná. A BR-153 é a principal ligação do Meio-Norte do Brasil (estados do Tocantins, Maranhão, Pará e Amapá) com a Região geoeconômica Centro-Sul do país. Devido a esse fato e somado ao grande fluxo de veículos, a BR-153 é considerada atualmente como uma das principais rodovias de integração nacional do Brasil. A concessão, que tem prazo de 25 anos iniciado em fevereiro de 2008, faz parte do Programa de Concessões Rodoviárias do Governo Federal e suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela ANTT. O contrato de concessão é válido até 14 de fevereiro de 2033. A operação conta uma estrutura bastante robusta, que inclui garantias reais relacionadas a operação de uma usina hidroelétrica (Tijoá que administra a Usina Hidroelétrica Três Irmãos). Desta estrutura, merecem destaque os indicadores de alavancagem máxima, ICSD mínimo e travas relacionadas à distribuição de dividendos, redução de capital social, captação de novas dívidas, além do pacote de garantias composto por alienação fiduciária das ações da Transbrasiliana, da Tijoá e da Juno, cessão fiduciária dos recebíveis da Transbrasiliana e dos dividendos da Tijoá e cessão fiduciária de conta vinculada onde serão retidos recebíveis de pedágio correspondentes a próxima parcela de serviço da dívida.
UTE GNA I Geração de Energia S.A. 	UNEG11	Usina termelétrica a gás, já operacional, instalada no Porto Açu juntamente com um terminal de GNL. Destaca-se como uma das maiores termelétricas do país, com capacidade instalada de 1,3 GW. A companhia vendeu energia no mercado regulado em um PPA de disponibilidade e tem como acionistas os próprios *stakeholders* do projeto, sendo eles a Prumo Logística (operadora do terminal portuário), BP Investments (fornecedora do GNL | "A" em escala global), Siemens (O&M e fornecedor das turbinas | "A" em escala global), e como investidor estratégico a SPIC Brasil ("A2" em escala global). A emissão contará com as garantias usuais de projeto como a cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.
Americanet S.A. 	ANET12	Fundada em 1996, a Americanet é o segundo maior operador de telecom independente do estado de São Paulo e o maior do Centro Oeste, com foco em internet por fibra de alta qualidade para clientes residenciais e corporativos. A Companhia possui cerca de 595 mil clientes residenciais em 106 municípios e 6,4 mil clientes corporativos em 448 municípios localizados em regiões premium com baixa presença de incumbentes (Vivo, TIM e Claro) e alto potencial de crescimento. A rede da Companhia é 100% própria e possui extensão de aproximadamente 33.000 Km com padrão "carrier-grade" que é confiável, bem testado e comprovado em suas capacidades. Sua estrutura acionária é composta por Lincoln Oliveira (30,2%), fundador da Companhia; a Warburg Pincus (49,4%), empresa com mais de 50 anos de histórico de atuação focada exclusivamente em investimentos em private equity e a Invest Tech (20,4%), gestora de fundos de private equity e venture capital. A operação possui rating A, pela S&P e conta com garantia composta por cessão fiduciária de recebíveis equivalente a 30% do saldo devedor.
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. 	VIMT13	A Via Brasil MT-320 é a concessionária responsável, por 30 anos, até 2049, pela operação, manutenção, conservação e melhoria do trecho de 188,2 Km entre Alta Floresta e Nova Santa Helena da MT-320 e MT-208. A Companhia está em uma região estratégica para o desenvolvimento da agricultura no Brasil. As rodovias estaduais MT-320 e MT-208 são a principal rota para interligar os municípios das regiões Norte e Noroeste do Mato Grosso com a rodovia federal BR-163, o maior eixo de transporte e escoamento da produção do estado. A Companhia foi constituída por um consórcio de empresas com expertise nas áreas de concessões públicas, infraestrutura rodoviária, tecnologia e serviços para atuar como operadora de serviços públicos concessionados. A operação possui rating AA, pela Fitch, e conta com um pacote de garantias (fiança corporativa até o *completion* físico e financeiro do projeto) a alienação fiduciária das ações, cessão fiduciária dos recebíveis da concessão e cessão fiduciária das contas do projeto).
Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A. 	HGLB12	A Highline é uma fornecedora independente de soluções de infraestrutura para o setor de telecomunicações. Fundada em 2012 pelo fundo do Pátria Investimentos, Infraestrutura P2 Brasil, a companhia desenvolve projetos de infraestrutura para o setor de telecom, acelerando a expansão da rede móvel de seus clientes. O core business é a construção, operação e manutenção de sites para a instalação de antenas de comunicação sem fio, sendo essas: (i) Torres; (ii) Rooftops; (iii) Sistemas Indoor DAS; (iv) Small-cells. A Highline é atual investida da Digital Colony (empresa líder global de investimentos dedicada à infraestrutura digital), em conjunto com a AIMCO (um dos maiores e mais diversificados gestores de investimentos institucionais do Canadá) e a seguradora Allianz. Em conjunto esses três investidores detêm 99% da companhia. No último trimestre de 2020, a Highline concluiu a incorporação da Phoenix Tower, adicionando 2400+ sites em seu portfólio e um portfólio de rede móvel da Oi, adicionando 850 sites. Com as aquisições a companhia atingiu cerca de 4500 sites (1250 antes das aquisições), se consolidando como um dos principais nomes do setor no Brasil. A Companhia possui contratos de e longo prazo firmado com as grandes empresas de telecom, com tarifas reajustáveis por inflação, repasse de custos dos terrenos e amarras com multas previstas em caso de rescisão antecipada. Além disso, a Highline possui bom track record de torres entregues e é tida como inovadora entre as operadoras de telecom. Até junho de 2021, a Companhia recebeu R$ 3 bilhões em aportes e possui US$ 400 milhões já comprometidos para futuras injeções de capital. A operação possui pacote de garantias composto pela alienação fiduciária das ações e parte dos recebíveis dos contratos de venda da Companhia, além de mecanismo de amortização extraordinária em caso de venda de sites, recebimento de multas em caso de rescisão antecipada de contratos e recebimento de receita de seguros dos ativos da Companhia.

Descrição dos Ativos

AES Cajuína	AESB3	A AES Cajuína é uma subholding controlada integralmente pela AES Brasil, um dos maiores grupos de geração de energia elétrica no país, com 3,7 GW de capacidade instalada em operação e garantia física de 1,6 GWm, incluindo suas participações em ativos não consolidados. O projeto eólico Cajuína é composto por 5 SPEs, estando localizado no Rio Grande do Norte, possuindo 230 MW de capacidade instalada e gerando energia partir de 39 aerogeradores da Nordex de capacidade de 5.9 MW cada. O fator de capacidade em P50 é de 54% e em P90 é da ordem de 47%. Está localizado em uma região que detém um dos melhores recursos eólicos do país. As SPEs comercializaram energia com a AES Brasil Operações e com a Copel, em PPA's com 101 MWm (92,8% do P90) e 4 MWm (3,7% do P90) de capacidade e prazos de 20 e 13 anos, respectivamente. A entrega dos aerogeradores e sua montagem acontecerá ao longo de 2022, indo até o início de 2023. O comissionamento e os testes ocorrerão em 2023 e a operação comercial é esperada para o final do segundo trimestre de 2023. A operação possui rating AA pela Fitch, conta com travas relacionadas à celebração de mútuos, de captação de novas dívidas, de redução de capital social, de distribuição de dividendos e manutenção de ICSD mínimo, além de contar com fiança da AES Brasil por todo o prazo da emissão.
Terminal Santa Catarina S.A.	CJEN12	O TESC – Terminal de Santa Catarina é um terminal multipropósito com 3 berços de atracação próprios em São Francisco do Sul/SC. Arrendado em 1996, com prazo original de 25 anos, teve o contrato renovado em 2017, por igual período, passando a findar no ano de 2046. Atualmente focado em produtos siderúrgicos e celulose, também opera carga geral e de projeto. A principal atividade é um contrato de *take-or-pay* com a ArcelorMittal, com prazo de vencimento em 2031 e valor presente líquido de R$ 700 milhões. Como contrapartida à renovação antecipada do contrato de arrendamento, a Companhia realizará um projeto para implementar estrutura para operação adicional de grãos para exportação, solucionando parte da deficiência da região, e expandindo a diversidade de cargas transportadas no terminal. A Companhia possui como acionistas a BRZ Investimentos (63%), uma das maiores gestoras brasileiras independentes atuantes em ativos alternativos e que possui investimentos em outros portos, com destaque para o Porto de Itapoá, e a Porto Novo (37%), holding não operacional detida por 3 investidores locais pessoas físicas. A operação possui rating A+, pela Fitch e conta com um pacote de garantias composto pela alienação fiduciária das ações, cessão fiduciária dos recebíveis e dos direitos emergentes do contrato de arrendamento, alienação fiduciária dos equipamentos atuais e futuros do terminal e estrutura de contas reservas.
Concessionária Rota do Atlântico S.A.	RATL11	A Concessionária Rota do Atlântico é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), que tem como objetivo a administração de 44 km de vias que integram o Sistema Viária ao Complexo Industrial do Suape, localizado no estado de Pernambuco, na Região Nordeste do Brasil. O Contrato de Concessão foi assinado com o Suape – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (Empresa Pública integrante do Governo do Estado de Pernambuco). A concessão se iniciou em novembro de 2011 e tem prazo de 35 anos. A via é utilizada, principalmente, para escoar cargas do Complexo Industrial do Suape, e para locomoção ao trabalho. A Companhia é uma das principais vias rodoviárias do estado de Pernambuco, ligando Recife à Ipojuca e passando por Cabo Santo Agostinho. Sua rodovia está estrategicamente localizada próxima à centros urbanos, complexos industriais e locais turísticos. A operação possui rating AA- pela Fitch e conta com pacote de garantias que conta com penhor de 100% das ações da Companhia, cessão fiduciária de recebíveis da Emissora e da Conta Vinculada e cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.
Orizon Valorização de Resíduos S.A.	HZTC14 HZTC24	A Orizon atua exclusivamente na fase final da cadeia de tratamento de resíduos e na prestação de serviços ambientais para clientes públicos e privados, sendo uma das companhias que mais gera créditos de carbono certificados no país. A Companhia processa o equivalente a 10% do total de resíduos urbanos com correta destinação no Brasil, atendendo aproximadamente 20 milhões de brasileiros por meio de 500 clientes. A Orizon presta serviços de destinação final de resíduos sólidos (lixo) por meio de 5 aterros sanitários já operacionais e dois em construção. Usando os próprios aterros como matéria, detém operação de venda de gás natural, produção de energia, venda de créditos carbono e valorização de resíduos. A companhia encontra-se em um momento de investimento, com a construção de uma planta de geração de energia e aquisição de outros 7 aterros. Apesar disso, o mercado é marcado por uma forte geração de caixa e barreiras à entrada. A operação possui rating AA pela S&P e selo verde emitido pela consultoria especializada Sitawi. Além disso, possui pacote de garantias composto por garantia corporativa, alienação fiduciária de ações e cessão fiduciária de recebíveis.
Rodovias do Brasil Holding S.A.	RODB11	A Rodovias do Brasil é uma holding detentora de 85% das ações da Rota das Bandeiras, concessionária responsável pela administração do Corredor Dom Pedro I, localizado em um ponto estratégico para escoamento da produção nacional, já que liga a região de Campinas, que detém grande produção de equipamentos de informática, com o Vale do Paraíba, que detém o maior polo aeroespacial brasileiro, e com o Porto de São Sebastião no litoral norte, que exporta principalmente veículos, peças, máquinas e equipamentos. O corredor passa também por Paulínia, que abriga a Replan, maior refinaria da Petrobrás. A atuação da concessionária é viabilizada via contrato de concessão assinado em 2009, com prazo de vigência de 30 anos. Ao longo de sua história, a concessionária já investiu mais de R$ 3 bilhões em melhorias e expansões nas rodovias por ela administradas. A Rodovias do Brasil pertence ao Mubadala, um fundo de investimento soberano, que administra um portfólio diversificado de ativos e investimentos nos Emirados Árabes Unidos e no exterior, para gerar retornos financeiros sustentáveis para o seu acionista, o Governo de Abu Dhabi. Atualmente a empresa conta com US$ 243 bilhões que se estendem por seis continentes, vários setores e classes de ativos. A operação possui rating AA- pela Fitch e conta com um pacote de garantias composto por alienação fiduciária de 100% das ações da Emissora, somado a todos os dividendos e demais distribuições aos acionistas em virtude das ações e cessão fiduciária da conta corrente de titularidade da Emissora, não movimentável pela Emissora, na qual serão depositados recursos correspondentes a todos os lucros, frutos, bonificações, direitos, distribuições e demais valores atribuídos pela CRB à Emissora em decorrência das ações de emissão da CRB e de titularidade da Emissora.
Ventos de São Jorge Holding S.A.	VSJH11	Complexo Eólico formado por 5 parques eólicos, operacionais desde 2016, e com capacidade instalada de 141 MW. Os ativos estão localizados no estado do Ceará e apresentam longo histórico de geração. A Companhia tem como acionistas a Echoenergia, veículo de investimento em energia renovável do *private equity* Actis. Fundada em 2017, apresenta uma capacidade instalada em operação de 1.005MW, além de outros 206MW em construção. A emissão conta com as garantias usuais de projeto, sendo elas cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.

Descrição dos Ativos

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.	MTRJ19	O MetrôRio administra, mantém e opera as Linhas 1 e 2 do sistema metroviário da cidade do Rio de Janeiro (RJ), além de prestar serviços de operação, manutenção do material rodante, sistemas e infraestrutura para a Linha 4. Ao todo, essas três linhas somam 58 km de extensão, alcançando 41 estações e operando com 64 trens. O metrô da cidade do Rio de Janeiro foi o primeiro concedido à iniciativa privada no Brasil e é o segundo maior metrô do país em extensão de rede e quantidade de passageiros. O MetrôRio é controlado pelo Mubadala, companhia global de investimentos detida pelo governo de Abu Dhabi, que possui investimentos em mais de 50 países e em diversos setores, incluindo infraestrutura, energia, serviços públicos, imóveis, aeroespacial, metais, mineração, óleo e gás, petroquímicos e um portfólio global de holdings financeiras. Em 2020, a Mubadala possuía mais de US$240 bilhões de ativos sob gestão. O MetrôRio possui classificação de rating AA-(bra), pela agência Fitch e brAA, pela agência S&P. A operação conta com as receitas tarifárias, acessórias e demais direitos emergentes do contrato de concessão, presentes ou futuras, dadas em garantia, através de estrutura de contas reservas do serviço da dívida.
MEZ 5 Energia S.A.	MEZ511	A MEZ 5 faz parte do portfólio de ativos da MEZ Energia, composto por 11 lotes de linhas de transmissão de energia, localizados nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. A Mez Energia foi criada por membros da família Zarzur para aproveitar o know-how da mesma de mais de quatro décadas de atuação na construção civil. A MEZ 5 é o maior projeto de transmissão do portfólio do grupo e é composta por 2 subestações, um compensador estático e 4 linhas de transmissão que são fundamentais para o escoamento de energia na Região Metropolitana de Porto Alegre. A atuação da Companhia é viabilizada via contrato de concessão válido até 2051. A operação possui rating AAA pela Fitch e conta com um pacote de garantias, composto por fiança bancária do Itaú até o completion físico do projeto, alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária de direitos creditórios.
Geradora Solar Helio Valgas V S.A.	HVSP11	O complexo solar Hélio Valgas, localizado em Várzea de Palma (MG), terá capacidade instalada de 661MWp, entrando em operação a partir de meados de 2023 sob um contrato de fornecimento de energia de longo prazo (20 anos). O projeto está sendo desenvolvido pela Mercury Renew, subsidiária da Comerc, a quarta maior trading de energia do país, especializada em geração distribuída e geração centralizada a partir de fontes renováveis. A empresa tem um portfólio de projetos de energia superando 2GW de capacidade instalada. Por sua vez, a Comerc conta com uma robusta estrutura acionária, com presença da Vibra Energia, maior distribuidora de combustíveis do país, e a Perfin, renomada gestora de recursos com mais de R$ 25 bilhões sob gestão. O contrato de compra e venda de energia (PPA) foi firmado com a Liasa, uma das maiores produtoras de silício metálico do mundo. Os stakeholders do projeto são empresas líderes e reconhecidas internacionalmente em suas áreas, na qual a Comerc negociou garantias de longo prazo e conseguiu preços competitivos pelo grande pool de fornecedores interessados no projeto, uma vez que é um dos maiores do país no segmento. A operação conta com travas de redução de capital, distribuição de dividendos, novos mútuos/dívidas, piora nas condições dos contratos de venda de energia e pacote de garantias, composto por fiança das SPEs e da Comerc, alienação fiduciária das ações e dos equipamentos da Companhia, cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia e das contas vinculadas ao projeto.
Rio do Vento Expansão Subholding S.A.	RDVE11	A Rio do Vento Expansão Subholding S.A. (RDVE) é composta por quatro SPEs estabelecidas como produtoras independentes de energia elétrica, mediante a implantação e a exploração de uma central geradora eólica. Os parques eólicos estão localizados nos municípios de São Tomé, de Caiçara do Rio do Vento e de Lajes, todos no estado do Rio Grande do Norte, e totalizam 268,1 MW de capacidade instalada. Os projetos são controlados pela Casa dos Ventos Holding S.A., que detém 80% das ações da RDVE Subholding e é uma das companhias pioneiras e principais investidoras no mercado de energia renovável do Brasil. A Comerc Energia detém, indiretamente, os 20% restantes das ações e é a quarta maior trading de energia do país, especializada em geração distribuída e geração centralizada a partir de fontes renováveis. Os parques comercializaram energia no mercado livre, por meio de PPAs que têm duração média de 13,6 anos para o equivalente a 86,6% de sua garantia física líquida, e no ambiente regulado, com duração de vinte anos para o equivalente a 4,0% de sua garantia física líquida, totalizando 90,6%. As contrapartes dos PPAs possuem baixo risco de crédito e são eletrointensivas, tendo sido validadas junto ao banco financiador e submetidas a um processo de análise de crédito. A emissão possui rating AA pela Fitch e conta com pacote de garantias composto por fiança bancária até a conclusão dos projetos, fiança das SPEs, alienação fiduciária das ações da RDVE e das SPEs, cessão fiduciária de recebíveis e da estrutura de contas da operação e a alienação fiduciária doa aerogeradores das SPEs.
Rio Alto STL Holding S.A.	RAHD11	O complexo solar Santa Luzia I, localizado no município de Santa Luzia (PB), possuirá capacidade instalada de 406 MWp, sendo um dos maiores projetos fotovoltaicos do estado. Está sendo desenvolvido pela Rio Alto Energias Renováveis, companhia pioneira no segmento solar brasileiro, tendo participado dos primeiros leilões de energia dessa matriz energética no Brasil em 2014 e 2015. A companhia possui experiência com energia solar na Paraíba, estando seu primeiro projeto, Coremas, plenamente operacional, o que corresponde a 250 MWp já construídos. Os contratos de compra e venda de energia (PPAs) de Santa Luzia foram firmados com contrapartes com baixo risco de crédito, como Raízen, Furnas, Enel e leilões no ambiente regulado, correspondendo a 80% da garantia física. A perspectiva de geração é positiva em função da qualidade dos stakeholders envolvidos e da proximidade da planta de geração com a subestação de conexão ao Sistema Integrado Nacional, o que deve contribuir para um ganho de eficiência. A operação conta com fiança prestada pelas SPEs que compõem o complexo, garantias de projetos como alienação fiduciária de equipamentos, PPAs e recebíveis de 4 SPEs, além de conta reserva de O&M e conta reserva correspondente ao serviço da dívida.
Algar Telecom S.A.	ALGAC2	A Algar Telecom S.A. é uma prestadora de serviços de telecomunicações sobre fibra de escala nacional, com cerca de 194 mil clientes corporativos (B2B) e 1,1 milhão de clientes de varejo (B2C). Possui uma robusta infraestrutura de fibra óptica, suportada por uma rede de mais de 122 mil km, que proporciona a cobertura dos principais centros econômicos do Brasil, em 372 cidades de 16 estados e do Distrito Federal, nos quais conta com um market share médio de 59%. Além das soluções de conectividade, a Companhia também presta serviços de dados móveis, voz e de TI, que vão desde cibersegurança a armazenamento de dados na nuvem. Além disso, em 2021, a Algar arrematou um conjunto de lotes regionais no leilão do 5G, em áreas originais de atuação da empresa em Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás. No 1T23, a Companhia reportou uma receita líquida de R$ 683 milhões e EBITDA de R$ 281 milhões, atingindo 41,4% de margem. Apesar do maior número de clientes na modalidade B2C, a Algar foca especialmente no atendimento e expansão da frente B2B, que oferece um ticket médio mais elevado e constitui 69% da receita líquida de serviços da Companhia atualmente. A Algar possui rating brAAA, atribuído pela S&P.

Disclaimer

Pretende-se com este material apenas divulgar informações e dar transparência à gestão executada pela Inter Asset Gestão de Recursos Ltda. não significando oferta de compra ou venda de cotas do fundo. As informações contidas nesse material estão em consonância com o regulamento, porém não o substituem. Leia o prospecto e o regulamento antes de investir, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo, bem como das disposições acerca dos fatores de risco a que o fundo está exposto. Antes de tomar uma decisão de investimento de recursos no fundo, os investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar, cuidadosamente, todas as informações disponíveis no prospecto e no regulamento do fundo. O mercado secundário para negociação de cotas de fundos de investimento de infraestrutura listado pode apresentar baixa liquidez e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das cotas que permita aos cotistas sua alienação, caso estes decidam pelo desinvestimento. Dessa forma, os cotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das suas cotas no mercado secundário, ou obter preços reduzidos na venda de suas cotas. Adicionalmente, os fundos de investimento de infraestrutura listados são constituídos sob a forma de condomínio fechado, não admitindo o resgate a qualquer tempo de suas cotas. O investimento do fundo de investimento de que trata este material apresenta riscos para o investidor. Ainda que a instituição administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo e para o investidor. O fundo de investimento de que trata este material não conta com garantia da instituição administradora, do gestor, do custodiante, de quaisquer outros terceiros, de mecanismos de seguro ou fundo garantidores de crédito - FGC. A rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo poderão ser obtidos com o Administrador e o Gestor, através dos e-mails: ri.fii@interdtvm.com.br e ri@interasset.com.br

Site: https://www.interasset.com.br/fundos-renda-fixa/bidb11-inter-infra-fic

Contato: ri@interasset.com.br

interasset interdtvm

Signatory of:

PRI Principles for Responsible Investment

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Recursos